

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ



Relatório de desempenho

FAADEP

2022



DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Elizabeth das Chagas Sousa

SUBDEFENSORA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Sâmia Farias Costa Maia

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Flávia Maria Andrade de Lima

**DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA
PÚBLICA E SUPERVISORA DO NÚCLEO DE ESTÁGIO**

Ana Mônica Anselmo de Amorim

ASSESSOR JURÍDICO

Petrus Henrique Gonçalves Freire

ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Victor Matos Montenegro

ASSESSORA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Lia Cordeiro Felismino

ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

Leandro Sousa Bessa

COORDENADOR DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL

Manfredo Rommel Cândido Maciel

COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DO INTERIOR

Sheila Florêncio Falconeri

SUBCOORDENADORA DAS DEFENSORIAS DO INTERIOR

Renata Peixoto do Amaral Botelho Silva

COORDENADORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Nídia de Matos Nunes

COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

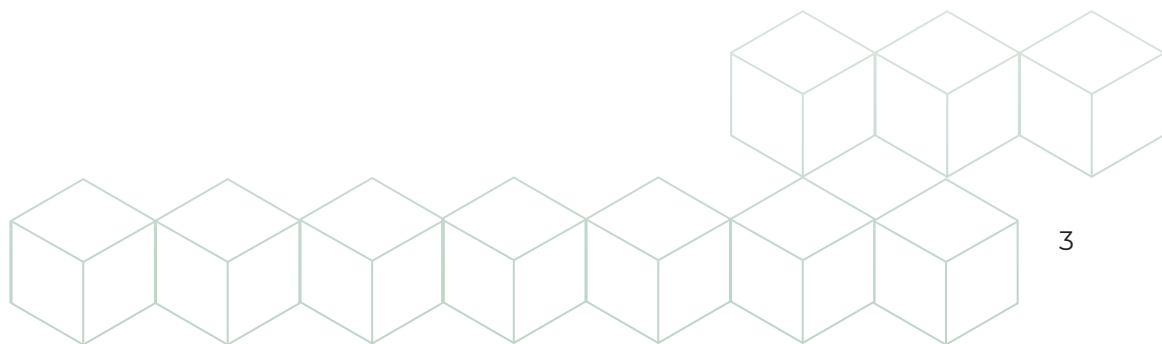
Elienai Amaro de Sousa

**SUPERVISOR DA COORDENADORIA DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Bruno Fiori Palhano Melo

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Bianca Felippsen





Sumário

Palavra da Defensora Geral // 6

1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional // 7

- 1.1. Descrição geral // 7
- 1.2. Missão e Finalidade // 7
- 1.3. Competência // 8
- 1.4. Estrutura organizacional // 8

2. Estratégias e planos de ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades // 9

- 2.1. Metodologia // 9
- 2.2. Plano de Atuação // 11
- 2.3. Identidade organizacional // 13
- 2.4. Estratégias // 14
- 2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores // 15
- 2.6. Orçamento Participativo // 22

3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infra-estrutura e quadro de pessoal // 31

- 3.1. Fontes // 31

4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados // 34

- 4.1. Execução dos programas de governo // 34
- 4.2. Execução dos projetos e atividades // 24

5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações // 37

5.1. Indicadores de Gestão // 37

5.2. Indicadores de Desempenho // 42

6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso // 45

7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres; // 46

8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades; // 46

9. Conclusão // 47

10. Bibliografia // 49





Palavra da Defensora Geral

Um ano intenso e cheio de projetos. Assim passamos 2022 na Defensoria em uma costura colorida por parcerias e ações que nos fizeram chegar ainda mais perto da população. O ano que marcou o início da reabertura das condições epidemiológicas da Covid-19 foi selado por trabalho e empenho para reconfigurar os atendimentos defensoriais, a abertura de novas sedes e a intensificação de agendas que definiram as políticas institucionais.

Terminando o primeiro ano do segundo mandato à frente da instituição, temos a oportunidade de fazer um pequeno retrospecto de nossas conquistas, fincando a bandeira em favor da população mais vulnerável do Estado. O ano de 2022 foi de retorno às audiências presenciais do nosso Orçamento Participativo, já como política definida por lei. Através dele, vemos crescer projetos que nos alegram como a nova estrutura do Defensoria em Movimento, inaugurada para atendimentos simultâneos de 10 defensores e defensoras, bem como o I Mutirão Transforma, que se efetiva como política de transformação social ao abraçar a causa da população T(trans e travestis).

Tivemos um significativo aumento anual de atuação, ultrapassando 1,3 milhões, o que mostra a força e importância do nosso serviço e consolida o trabalho dos 341 defensores e defensoras. O número representa o aumento da nossa capilaridade com a implementação das atividades cumulativas chegando a 85 cidades cearenses.

Somamos conquistas e ampliações em muitas áreas, mas não deixo de lembrar que foi graças a uma gestão que manteve um olhar cuidadoso ao nosso administrativo-financeiro, a otimização no uso eficiente dos recursos públicos e aos investimentos na área de tecnologia que permitimos crescer e ampliar a Defensoria.

Nossa aposta sempre foi imprimir uma gestão eficiente e transparente, tanto que ganhamos o prêmio nacional sobre este viés, sem esquecer, claro, a construção coletiva com a sociedade, que nos abraça e fortalece.

Temos o desafio de continuar pautando a instituição para que ela continue trilhando o caminho das lutas sociais por direitos, chegando a um maior número de municípios do Ceará, nomeando novos defensores e defensoras, os primeiros das cotas étnico-raciais, estruturando ainda mais sedes de atendimento, sempre com o intuito de que a população seja ainda mais acolhida e bem recebida na Defensoria.

1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional

1.1. Descrição geral

A criação do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP adveio por meio da Lei nº 13.180/2001 com o escopo de destinar os recursos para apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Instituição.

A Lei nº 15.490/2013 alterou o art. 2º da mencionada legislação dispondo o que se compreende como “programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará”:

“o conjunto de ações relativas à consecução e manutenção das suas atribuições, a realização de despesas correntes, de capital e de custeio, inclusive qualificação e aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e servidores, verbas indenizatórias, aparelhamento administrativo, a aquisição de instalações e a ampliação da capacidade de instalação do Órgão e outras aplicações previamente autorizadas pelo Defensor Público-

Importante registrar ainda, que a citada Lei 15.490/2013 além de redefinir o “programa de trabalho”, também acrescentou, como fonte de receita, os 5% (cinco por cento) do valor de emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelo Serviços Notariais e de Registros.

Assim, após a nova fonte de receita e tendo em vista a necessidade de gerir também a nova fonte de receita, foi editada a Instrução Normativa nº 9/2014, publicada no DOE nº 217, no dia 19 de novembro de 2014, que, passou a prever, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (COGAOF).





1.2. Missão e Finalidade

Os recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP se destinam a apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela DPGE, agregam um conjunto de ações na consecução de suas atribuições, inclusive pessoal, no que se refere à qualificação profissional.

1.3. Competência

Conforme o artigo 1º e 2º da Lei 13.180 de 26 de dezembro de 2001, o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará - FAADEP, cujos recursos se destinam a apoiar, em caráter supletivo, os programas de trabalho por ela desenvolvidos ou coordenados. Consoante já mencionado, compreende-se como programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará, o conjunto de ações relativas à consecução e manutenção das suas atribuições, a realização de despesas correntes, de capital e de custeio, inclusive qualificação e aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e servidores, verbas indenizatórias, aparelhamento administrativo, a aquisição de instalações e a ampliação da capacidade de instalação do Órgão e outras aplicações previamente autorizadas pelo Defensor Público-Geral, de interesse da Instituição.

1.4. Estrutura organizacional

Em 2014 foi editada a Instrução Normativa nº 9/2014, que, passou a prever, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (COGAOF)

O art. 4º da Instrução Normativa nº 9/2014, publicada no DOE nº 217, no dia 19 de novembro de 2014, alterada pela IN nº 11/2015, publicada no DOE nº 040, em março de 2015, estabelece que que o COGAOF (Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro) será composto pelos seguintes membros: I – Secretário Executivo; II – Assessor de Planejamento e Controle; III – Assessor de Desenvolvimento Institucional; IV – Assessor de Projetos; V – Coordenador Administrativo Financeiro.

O §1º do mesmo dispositivo do referido diploma legal (IN nº 09/2014) define que o COGAOF será coordenado pelo Secretário Executivo da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

2. Estratégias e planos de ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades

2.1. Metodologia

Dentro dos princípios da continuidade administrativa, da impessoalidade e da eficiência manteve-se como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC).

O BSC, desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton, desdobra os objetivos estratégicos, a visão e a missão da organização em indicadores de desempenho para monitoramento estratégico.

O BSC é estruturado em perspectivas organizacionais que refletem o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências, entre as perspectivas interna e externa de desempenho.

Este conjunto abrangente de medidas serve de base para o sistema de medição e gestão estratégica por meio do qual o desempenho organizacional é mensurado de maneira equilibrada sob as quatro perspectivas.

Entretanto, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, revisou-se parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo BSC, adotando-se as perspectivas:

● **Usuário e Sociedade (perspectiva dos clientes):** está intimamente ligada à visão da instituição e a forma com que esta desenvolve relações institucionais com seus usuários e a sociedade em geral. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a instituição entrega o serviço ao usuário e contribui para a sociedade, definindo indicadores de satisfação e trabalhando em cima dos resultados relacionados ao mesmo;





● **Estruturante (perspectiva dos processos internos):** relaciona-se com a identificação de processos críticos para a realização dos objetivos das demais perspectivas. No presente planejamento foca-se nos processos necessários a plena estruturação dos serviços prestados, em especial a implementação da autonomia, a expansão dos serviços prestados e o aprimoramento da eficiência das práticas administrativas adotadas;

● **Desenvolvimento Institucional (perspectiva do aprendizado e crescimento):** consiste no desenvolvimento de objetivos e medidas para garantir o desenvolvimento institucional da Defensoria Pública, em especial para o cumprimento da obrigação constitucional de ampliação do acesso à justiça. Liga-se diretamente ao investimento em recursos humanos, sistemas, equipamentos, infraestrutura e capacitação e formação profissional dos seus membros e colaboradores;

● **Orçamentária (perspectiva financeira):** prestigia tanto a aplicação eficiente e transparente dos recursos financeiros destinados a Defensoria Pública como o incremento das destinações orçamentárias à mesma, de forma a garantir o tratamento isonômico da Defensoria Pública em relação às demais instituições do sistema de justiça.

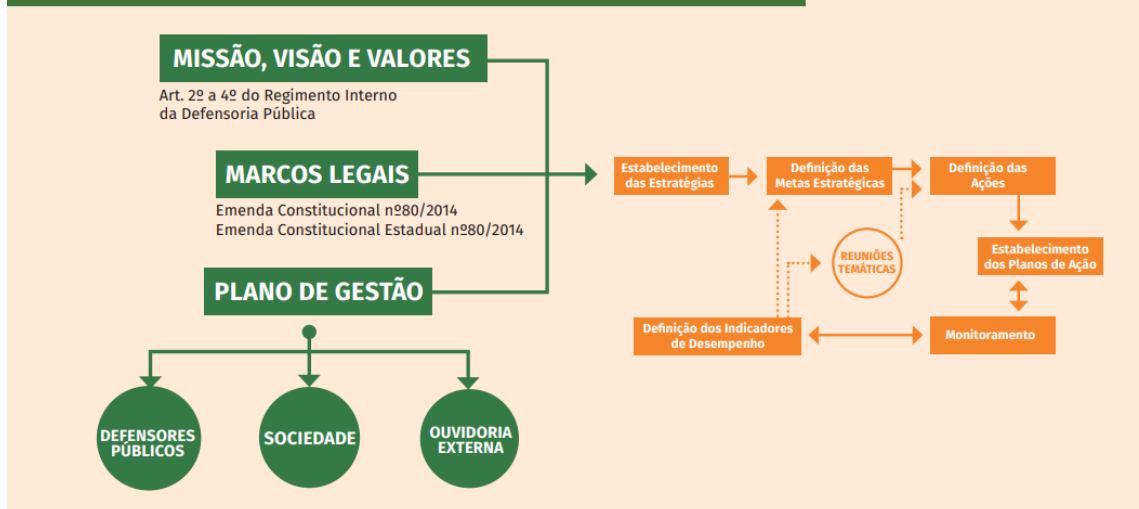
As perspectivas acima encontram-se inter-relacionadas, estabelecendo-se estratégias, ações e indicadores que assegurem o atingimento dos objetivos traçados.

Conforme orienta o BSC, as estratégias, ações e indicadores foram agrupados, em uma relação de causa e efeito com as perspectivas, em um Mapa Estratégico correlacionado com a Missão, Visão e Valores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por fim detalha-se as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis em uma Matriz de Projetos, Metas e Indicadores.



Fluxo de trabalho utilizado para a elaboração do presente plano de atuação



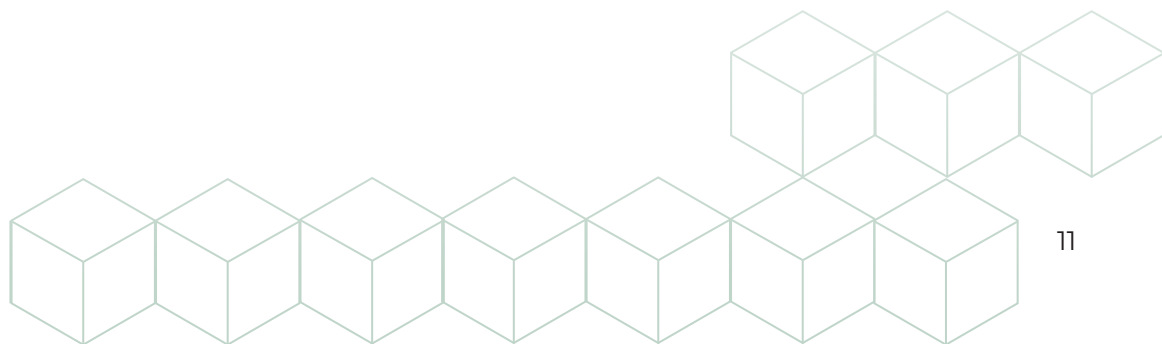
O resultado final desenvolvido foi o conjunto de Estratégias, Metas, Ações ou Projetos, Planos de Ação e Indicadores que densificaram o presente Plano de Atuação.

2.2. Plano de Atuação

O grande desafio para o presente Plano de Atuação foi a compatibilização entre a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará (esta definida e normatizada pelos artigos 2º ao 4º do Regime Interno da Defensoria Pública do Estado do Ceará), os marcos legais constitucionais (os quais impõe um extenso rol de obrigações à instituição, em particular a expansão de seus serviços como forma de ampliação do acesso à justiça) e o Plano de Gestão construído pela Defensora Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha em conjunto com os demais membros da carreira, sociedade civil e ouvidoria externa.

Em um primeiro momento cortejou-se os marcos legais constitucionais com a própria Identidade Organizacional da Instituição, verificando a necessidade ou não de alguma redefinição desta última face as novas obrigações constitucionais (em especial a autonomia plena e a necessidade de provimento de serviços a todas as unidades jurisdicionais).

Após verificar-se que a plena compatibilidade da atual Identidade Organizacional com as novas



obrigações constitucionais, e em consonância com a mesma, o Plano de Gestão retromencionado foi utilizado para a concepção das Estratégias, Ações ou Projetos, Metas e Indicadores apresentadas no presente Plano de Atuação.

Deste ponto insurgiu a necessidade de, face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública bem como os novos desafios trazidos pelas Emendas Constitucionais citadas, revisar parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC.



Remodelando-se estas perspectivas organizacionais, as estratégias e metas foram desenvolvidas conforme as diretrizes essenciais do Plano de Gestão, gerando-se então o Mapa Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por último, e para a concretização de cada estratégia, concebeu-se ações operacionais a esta associada. Cada ação, por sua vez, possui indicadores de desempenho, prazos de execução e responsáveis; sendo a mesma detalhada através de um plano de ação e o cronograma a este associado

2.3. Identidade Organizacional

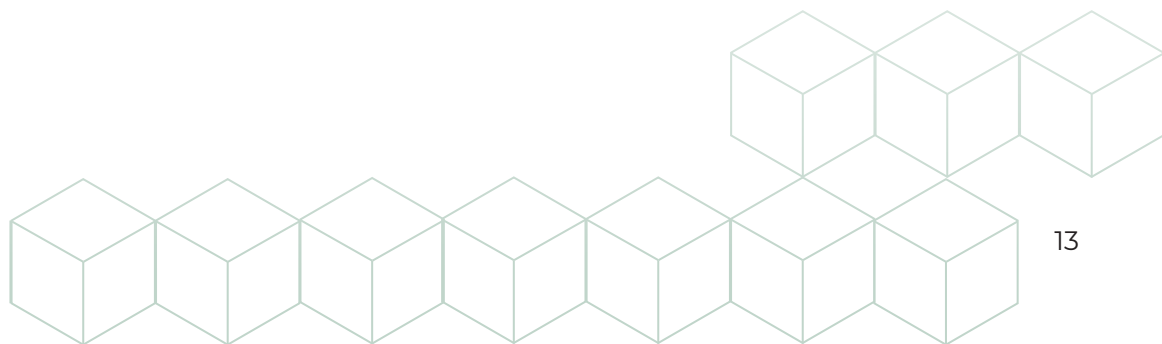
A Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará, definida nos artigos 2º ao 4º de seu Regimento Interno, refletindo-se em três aspectos:

- **Missão:** é, em essência, o propósito da organização;
- **Visão:** é a direção ou caminho que a instituição pretende percorrer, ou ainda, é o local que a instituição pretende alcançar dentro da sociedade;
- **Valores:** são os princípios comportamentais que a instituição e os seus membros devem adotar no cotidiano de atuação.

Em nome da unidade deste Plano de Atuação, detalha-se a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará:

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	
Missão (art. 2º, RI DPGE)	Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.
Visão (art. 3º, RI DPGE)	Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.
Valores (art. 4º, RI DPGE)	<p>Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente ao que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas;</p> <p>Eficiência e Eficácia: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir seus objetivos institucionais, de forma plena e efetiva;</p> <p>Transparência e Publicidade: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação;</p> <p>Cooperação: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados;</p> <p>Ética: agir com integridade e higidez moral em todas as ações e relações institucionais;</p> <p>Responsabilidade Socioambiental: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas;</p> <p>Inovação: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis;</p> <p>Modernização: adotar modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.</p>

Fonte: Planejamento Estratégico 2022-2023



2.4. Estratégias

As estratégias concebidas para o biênio 2022-2023 além de orientarem a Defensoria Pública do Estado do Ceará no cumprimento de sua Missão, buscarão também direcionar a instituição para o cumprimento das obrigações constitucionais trazidas pelas emendas constitucionais já retromencionadas, em especial a implementação da plena autonomia e o amplo acesso à justiça.

Organizou-se as estratégias segundo interconexões de causa e efeito destas com a Missão e Visão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, resultando ao final na confecção do Mapa Estratégico do presente plano.

Houve, em relação aos planejamento anteriores, uma racionalização da quantidade de estratégias adotadas, gerando tanto uma maior eficiência no entendimento do planejamento como uma potencialização da sinergia entre as ações associadas.

Criou-se uma simbologia própria para cada estratégia, que refletiu-se na composição da Matriz de Ações, Metas e Indicadores, criando-se desta forma uma clara correlação entre a estratégia e a ação planejada. Destaca-se ainda que, assim como nos demais biênios contemplados pelo plano de atuação, a Perspectiva Orçamentária (perspectiva financeira) consubstancia-se no pilar central para a execução do planejamento adotado; perpassando todas as demais perspectivas e sendo condição lógica básica das mesmas.

Apresenta-se a seguir o Mapa Estratégico concebido para o Plano de Atuação 2022-2023:



2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores

Do Mapa Estratégico montado extraiu-se as 61 (sessenta e um) Ações ou Projetos que implementarão as estratégias concebidas. Frisa-se que muitas ações ou projetos tem caráter transversal, ou seja, sua realização impacta uma ou mais das estratégias elaboradas.

Por sua vez cada Ação ou Projeto encontra-se associado a um Plano de Ação, o qual detalha as etapas e atividades a serem desenvolvidas, as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis pela ação. Por fim o conjunto destas informações é utilizado no monitoramento do Plano de Atuação.

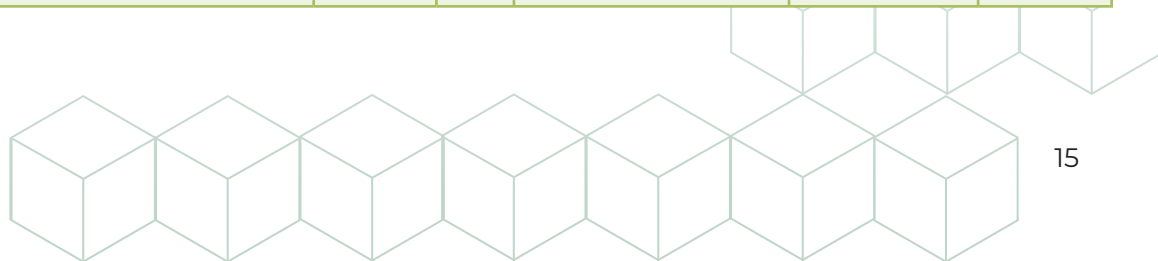
Destaca-se ainda a racionalização dos indicadores de desempenho, os quais foram agrupados em categorias segundo a forma de cálculo dos mesmos; procedimento este que geram uma melhor compreensão do seu funcionamento e portanto otimizando os processos de monitoramento.

Ademais, e considerando a transversalidade das Ações ou Projetos com as Estratégias, criou-se indicadores de desempenho para cada Estratégia considerando-se a intensidade do impacto de cada Ação ou Projeto para a estratégia considerada.

Por fim criou-se um indicativo de desempenho para cada perspectiva considerada no Plano de Atuação, este resultante na média dos indicadores de desempenho das Estratégias associadas a cada perspectiva.

Tabela 1 - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2022-2023

N.	Projeto	Resp.	Ind	Meta	Estratégia	% Exec.
1	Concluir o processo da isonomia plena	DPGE	IEC	Concluir o processo da isonomia plena	OR2 D11	0%
2	Continuar ampliando o orçamento da DP	DPGE	ICO	Aumentar os recursos disponíveis na LOA 2023	OR2 OR3	100%
3	Continuar aumentando a arrecadação do FAADEP	DPGE	IEC	Implementar ações com o objetivo de aumentar a arrecadação	OR3	67%
4	Ampliação do quadro de apoio administrativo	DPGE	IEC	Realizar contratação de colaboradores, estagiários de nível superior e pós graduados	D11 US1	100%



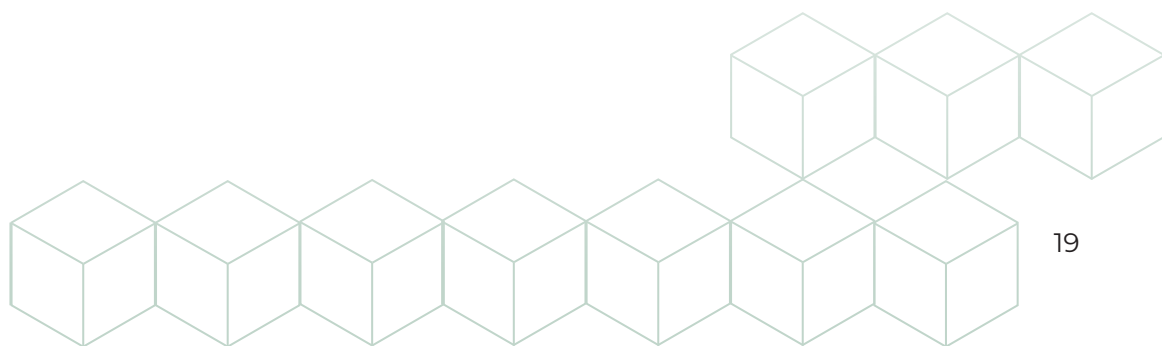
5	Manter o exercício da autonomia processual	ASJUR	IEC	Realizar o exercício da autonomia processual	ES1	38%
6	Avançar no processo de desoneração do FAADEP, com ampliação dos recursos do Tesouro Estadual	DPGE	IEC	Desonerar as despesas do FAADEP, com ampliação dos recursos do Tesouro Estadual	OR3	100%
7	Aumentar a quantidade de cargos defensoriais	DPGE	ICO	Enviar Projeto de Lei para Assembleia Legislativa para aumentar a quantidade de cargos defensoriais	D11	100%
8	Realizar concurso público e nomear mais defensores	DPGE	IEC	Concluir concurso público	ES2 D11 US1	33%
9	Ampliar os Núcleos Defensoriais no interior do Estado	CDI	IEC	Implantar Núcleos Defensoriais no interior do Estado	ES2 D11	100%
10	Fortalecer a mediação comunitária com ampliação da quantidade de mediadores(as)	ARINS	IPE	Ampliar a quantidade de mediadores	US2 US1	100%
11	Alterar a Lei do Plantão para a atuação defensorial nos feriados	DPGE	ICO	Envio de Projeto de Lei	D11	100%
12	Continuar fortalecendo a comunicação interna	ASCOM	IEC	Fortalecer a comunicação interna	D13	0%
13	Atuação de defensores para auxiliar na área criminal	CDC/ CDI	IEC	Disponibilizar defensores para auxiliar na área criminal	D11	100%
14	Atuação de defensores para auxiliar na área de família	CDC/ CDI	IEC	Disponibilizar defensores para auxiliar na área da família	D11	100%
15	Conclusão do projeto de virtualização dos processos administrativos	COTIN	IEC	Implantar Sistema de Virtualização de Processos Administrativos	US3 ES1	33%
16	Disponibilizar o Auxílio Saúde para Defensores e Servidores	DPGE	ICO	Implantar o Auxílio Saúde	D12	100%
17	Disponibilizar a Atividade Cumulativa	DPGE	ICO	Implantar a Atividade Cumulativa	D11 US2	100%
18	Incluir a substituição automática na legislação da atividade cumulativa	DPGE	IEC	Envio de Projeto de Lei	D11 OR2	0%
19	Implementar a conversão de 1/3 (um terço) do período de usufruto das férias em abono pecuniário	DPGE	ICO	Implantar a conversão de 1/3 (um terço) do período de usufruto das férias em abono pecuniário	OR1	100%
20	Implementar o estágio de pós-graduação (residentes jurídicos)	NUEST	ICO	Contratar estagiários de pós-graduação (residentes jurídicos)	D11 ES2 US1	100%
21	Aumentar o número de estagiários de graduação	NUEST	IEC	Contratar estagiários de Graduação	OR1 US1	33%

22	Realizar posses populares de Defensoras e Defensores junto às comunidades	ARINS	IEC	Manter a posse popular de Defensoras e Defensores, Membros do Conselho e Defensor Geral junto às comunidades	US2	50%
23	Articular a criação de uma revista das Defensorias Públicas do Nordeste	ESDP	IEC	Formar grupo de trabalho entre as Defensorias Públicas da Região Nordeste	DI2	0%
24	Interiorizar a ESDP	ESDP	IEC	Interiorizar a ESDP	DI2 ES2	0%
25	Disponibilizar Plataforma Moodle - Sistema EAD na Defensoria Pública do Estado do Ceará	ESDP	IEC	Implantar a Plataforma Moodle - Sistema EAD na Defensoria Pública do Estado do Ceará	DI2	100%
26	Desenvolver o projeto Defensores Populares	ESDP	IEC	Implantar o projeto Defensores Populares	US2	67%
27	Iniciar o procedimento para organização do arquivo e do expurgo de documentos no âmbito da Defensoria Pública	ESDP	IEC	Iniciar o procedimento para organização do arquivo e do expurgo de documentos no âmbito da Defensoria Pública	OR1 US3	100%
28	Criar o Portal da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará contendo diversos links para acessos à EAD, artigos, informações, cursos, dentre outros	ESDP	IEC	Implantar o Portal da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará	DI2 DI3	100%
29	Expandir o intercâmbio de projetos e experiências exitosas entre as Defensorias Públicas	ESDP	IEC	Realizar o intercâmbio de projetos e experiências exitosas entre as Defensorias Públicas	DI2	100%
30	Ampliar o número de sedes da Defensoria e promover reformas e melhorias nas já existentes	ASPLAC	IEC	Realizar ampliação da quantidade de sedes e promover melhorias nas já existentes	ES2	91%
31	Concluir a obra da Nova sede do João XXIII	ASPLAC	IEC	Finalizar a obra da Nova sede do João XXIII	ES2	92%
32	Continuar atuação na defesa das garantias e das prerrogativas defensoriais	SEXEC	IEC	Realizar atuações na defesa das garantias e das prerrogativas defensoriais	ES1	0%
33	Implementar a atuação na defesa da mulher nas Casas da Mulher Cearense no interior do Estado do Ceará	CDI	IEC	Implantar a atuação na defesa da mulher nas Casas da Mulher Cearense no interior do Estado	ES2 DI1	100%
34	Aprimorar os meios de comunicação entre os Defensores Públicos	CDC/ CDI	IEC	Melhorar os meios de comunicação entre os Defensores Públicos	DI3	50%



35	Continuar, aperfeiçoar e ampliar as reuniões setorizadas para planejamento de ações	CDC/ CDI	IEC	Realizar reuniões setorizadas para planejamento de ações	DI3 US3	33%
36	Aperfeiçoar Grupo de Descongestionamento para demandas de férias	CDC/ CDI	IEC	Aperfeiçoar Grupo de Descongestionamento para demandas de férias	US1 OR1	100%
37	Criar Grupo de Descongestionamento para demandas gerais	CDC/ CDI	IEC	Implantar Grupo de Descongestionamento para demandas gerais	US1 OR1	100%
38	Criar Grupo de Descongestionamento para atuação na Defensoria Cível	CDC/ CDI	IEC	Implantar Grupo de Descongestionamento para atuação na Defensoria Cível	US1 OR1	100%
39	Aprimorar o Projeto Defensoria em Movimento	ARINS	IEC	Fortalecer o Projeto Defensoria em Movimento, com vistas ao atendimento descentralizado de comunidades vulneráveis	US1 US2	100%
40	Remunerar a atuação no Defensoria em Movimento	ARINS	IEC	Remunerar a atuação no Defensoria em Movimento	OR1	100%
41	Ampliar uso da Inteligência Artificial em mais sistemas defensoriais	COTIN	IEC	Implantar o uso da Inteligência Artificial em mais sistemas defensoriais	ES3	25%
42	Aperfeiçoar a gestão e Governança de TI	COTIN	IEC	Implantar nova gestão e Governança de TI	ES3	25%
43	Central Integrada de Atendimento da Defensoria	COTIN	IEC	Implantação do Sistema Mchat	DI1	67%
44	Adequar os sistemas da Defensoria a LGPD	COTIN	IEC	Contratar consultoria externa e adotar as melhorias sugeridas	ES3	25%
45	Aperfeiçoar os sistemas de arrecadação de honorários e custas	COTIN	IEC	Melhorar os sistemas de arrecadação de honorários e custas	ES3 OR3	50%
46	Aprimorar o aplicativo Nossa Defensoria	COTIN	IEC	Integração do SIC, do SIPA, do Sistema de Atividades Cumulativas, Sistema Gerador de Documentos, Sistema Gerador de Petições e do Sistema Calculadora de Penas	US1 ES3	50%

47	Implantar sistema de arrecadação de cartórios	COTIN	IEC	Implantar sistema de arrecadação de cartórios	ES3 OR3	50%
48	Aperfeiçoar o Sistema das IES	DPGE	IEC	Melhorar o Sistema das IES	US1 ES3	17%
49	Aperfeiçoar o sistema de Folha de Pagamento	COTIN	IEC	Implantar novo sistema de Folha de Pagamento	ES3	0%
50	Disponibilizar e-mail responsivo com agenda	COTIN	IEC	Implantar e-mail responsivo com agenda	ES3	33%
51	Implantação de sistema para divulgação e comunicações oficiais da administração	SEXEC	IEC	Implantação do Diário Público da Defensoria Pública do Estado do Ceará	DI3	100%
52	Reformular a Intranet da Defensoria Pública	COTIN	IEC	Implantar nova Intranet da Defensoria Pública	ES3	75%
53	Disponibilizar novo Sistema de Gestão Orçamentária, Financeiro, Planejamento e Controle na Defensoria	ADINS	IEC	Implantar novo Sistema de Gestão Orçamentária, Financeiro, Planejamento e Controle na Defensoria	OR1 ES3	33%
54	Fortalecer o processo de democratização da justiça e continuar a participação no Fórum de Justiça	ARINS	IEC	Fortalecer a atuação da Defensoria no Fórum de Justiça	US2	100%
55	Fortalecer a atuação institucional da Defensoria Pública com a manutenção e ampliação de convênios e parcerias com entidades estratégicas	SEXEC	IEC	Realizar a manutenção e ampliação de convênios e parcerias com entidades estratégicas	OR1	100%
56	Aprimorar os mecanismos de disponibilização de estudantes para o estágio multidisciplinar (Direito, Psicologia, Assistência Social, Comunicação, Informática entre outros) resultantes das parcerias com as Instituições de Ensino Superior	NUEST	IEC	Melhorar os mecanismos de disponibilização de estudantes para o estágio multidisciplinar (Direito, Psicologia, Assistência Social, Comunicação, Informática entre outros) resultantes das parcerias com as Instituições de Ensino Superior	US1	17%



57	Promover o crescimento institucional da Defensoria Pública nas Américas por meio de fortalecimento do intercâmbio com as demais Defensorias Públicas estaduais, DPU e Interamericana	ARINS	IEC	Realizar intercâmbio com as demais Defensorias Públicas estaduais, DPU e Interamericana	DI2 ORI	50%
58	Trazar mais qualidade ao dia a dia da Defensora e do Defensor Público por meio da ampliação dos convênios com as Prefeituras do interior do Estado	CDI	IEC	Ampliar a celebração de convênios com as Prefeituras do interior do Estado do Ceará	US1	100%
59	Atualização da legislação da Corregedoria	DPGE	IEC	Enviar de Projeto de Lei	US3	0%
60	Realizar novas promoções	DPGE	IEC	Realizar promoções na carreira	US1 OR2	67%
61	Envio Projeto de Lei referente a Ajuda de Custo por Assunção de Acervo Processual	DPGE	IEC	Enviar de Projeto de Lei	US1 OR2	0%
Percentual médio de execução						63,5%

Fonte: Planejamento Estratégico 2022-2023 e DASHBOARD de Dezembro de 2022

SIGLAS:

ADINS - Assessoria de Desenvolvimento Institucional

ARINS - Assessoria de Relacionamento Institucional

ASCOM - Assessoria de Comunicação

ASJUR – Assessoria Jurídica

ASPLAC - Assessoria de Planejamento e Controle

CDC - Coordenadoria das Defensorias da Capital

CDI - Coordenadoria das Defensorias do Interior

COTIN - Coordenadoria de Tecnologia da Informação

DPGE - Defensoria Pública Geral do Estado

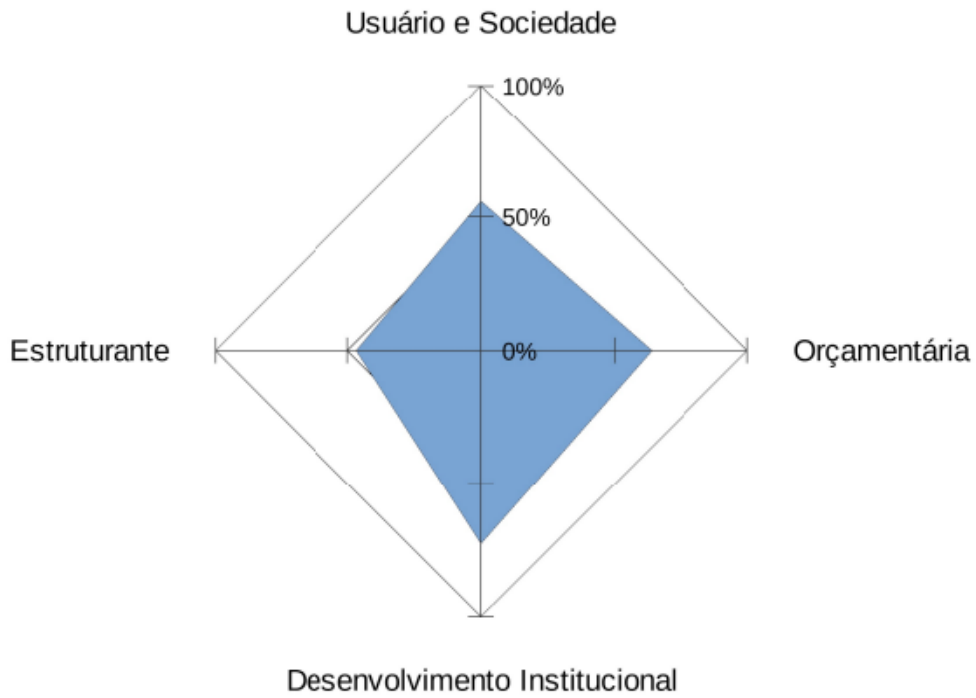
ESDP - Escola Superior da Defensoria Pública

NUEST - Núcleo de Estágio

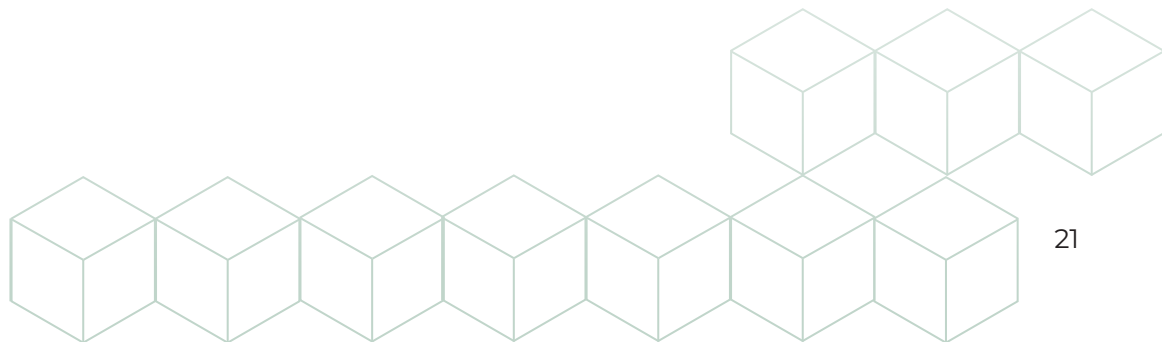
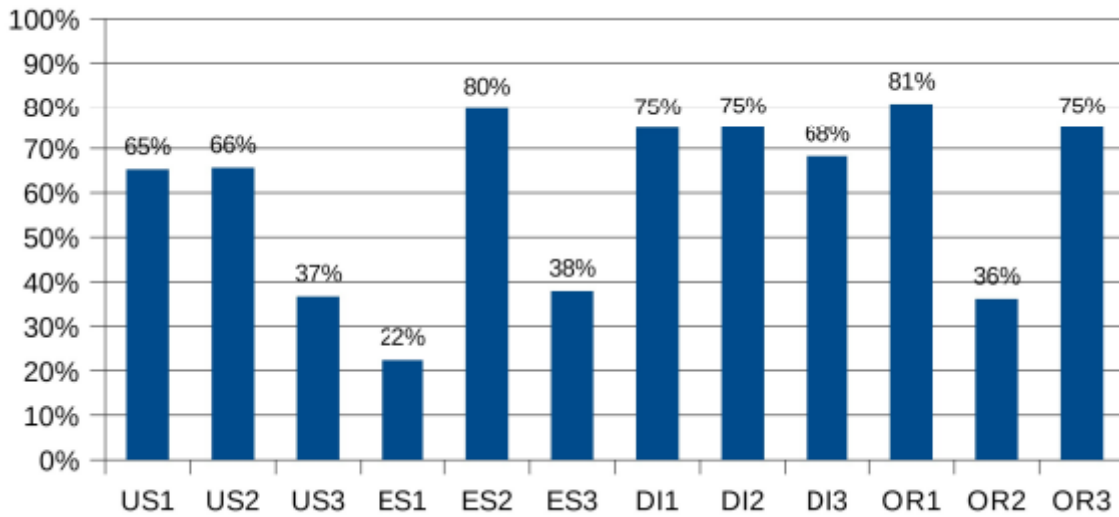
ICO - Índice de Conclusão Objetiva

IEC - Índice de Etapa Concluída

De acordo com o desenvolvimento dos projetos é realizado um acompanhamento das perspectivas do BalancedScoreCard (BSC):



ESTRATÉGIAS





2.6. Orçamento Participativo

O 7º ciclo do Orçamento Participativo da Defensoria de 2022 foi, mais uma vez, desafiador pois foram realizadas 06 audiências públicas presenciais, com a cautela que o momento histórico e sanitário requer, para de maneira efetiva e democrática possibilitar o máximo de participação da sociedade civil e dos movimentos sociais, assim como dos Defensores(as) que atuam nas macrorregiões do Estado do Ceará.

Em 2021, o OP foi realizado de maneira remota, tendo em vista a insegurança dos encontros presenciais e do início do plano de vacinação. Naquele momento foram desenvolvidas novas ferramentas a serem utilizadas, além do formulário que foi disponibilizado, contando com a ajuda preciosa da assistente virtual da Defensoria do Estado, D. Dedé.

Em 2022, a metodologia padrão foi retomada e a Consulta Pública foi realizada com o total de 710 manifestações, no site da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

O momento das audiências públicas não é o único do ciclo participativo, mas sua relevância e resultados ali produzidos impactam nas prioridades a serem levadas em conta quando da construção do orçamento da instituição e das atividades a serem executadas.

Este ano, com o clamor dos movimentos da população LGBTQIA+, tão logo foi finalizado o ciclo do OP, foi pensado o 1º Mutirão para Retificação de Nome e Identidade de Gênero para pessoas trans, um sucesso absoluto, com mais de 150 certidões emitidas para pessoas registradas na Região de Fortaleza, Cariri e Sobral.

Este ano o ciclo iniciou com a audiência pública da Região do Vale do Jaguaribe, em Limoeiro do Norte e contou com a participação de 74 pessoas, sobretudo agricultores e agricultoras familiares que denunciaram a especulação das áreas ocupadas e o avanço do agronegócio, um momento de esperança na luta.

Em seguida foi realizada a audiência pública da Região do Sertão de Sobral, com 104 participantes, notadamente pessoas dos povos de terreiro, deficientes e população LGBTQIA+, que, pela primeira vez foi indicada a necessidade de ser realizado o mutirão para retificação de nome para pessoas trans.

A terceira audiência aconteceu no auditório da URCA – Universidade Regional do Cariri, com 85 pessoas, apresentações culturais e o pedido de maior atenção para o enfrentamento à violência contra a mulher e o atendimento das demandas da população LGBTQIA+.

A quarta audiência aconteceu no Escola do Campo, em Canindé e levou a Defensoria para uma comunidade que tem pouco acesso e muitas questões que necessitam da intervenção institucional e jurídica da Defensoria Pública do Estado do Ceará, contou com a presença de 40 pessoas.

A 5ª audiência aconteceu na Região do Sertão de Inhamuns Crateús, no auditório da Cáritas Diocesana de Crateús e a maior questão levantada foi a violação dos direitos socioambientais, sobretudo com relação à exploração de minérios e a poluição para as comunidades, estiveram nesse momento 33 pessoas.

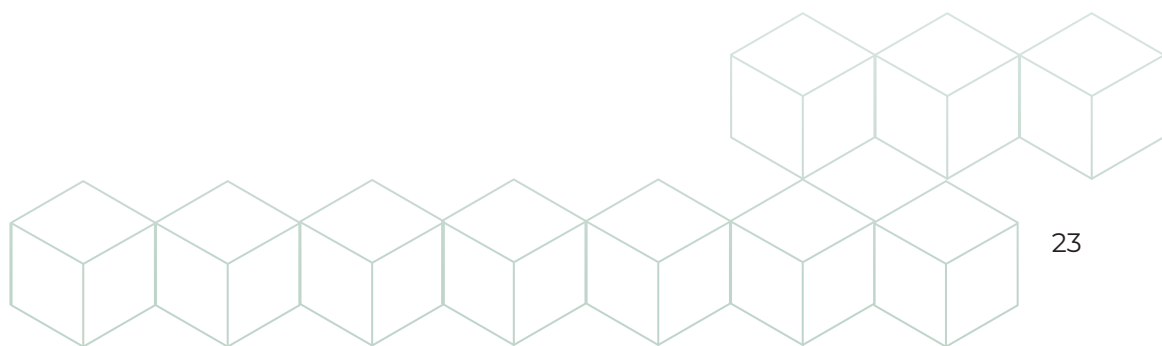
A sexta e última audiência pública aconteceu para a Região Metropolitana de Fortaleza, no Centro Cultural do Bom Jardim, com uma participação representativa de vários movimentos sociais e dentre as maiores reivindicações estavam a garantia do direito à saúde, à mobilidade urbana, o enfrentamento à violência contra mulheres e população LGBTQIA+ e a questão da segurança alimentar e nutricional.

ESCOLHA DAS PRIORIDADES A PARTIR DAS PROPOSTAS DO FORMULÁRIO

O Formulário construído a partir das demandas apresentadas na Consulta Pública, com a contribuição de 710 pessoas que responderam virtualmente, continha 18 propostas que versaram, principalmente, sobre reestruturação, ampliação, agilidade e humanização do atendimento defensorial, além de demandas específicas de instalações de núcleos no interior do estado, interiorização da atuação especializada e fortalecimento da comunicação institucional.

Cada participante escolhia até 05 propostas prioritárias. Na compilação final, apresentamos abaixo as propostas mais votadas:

1) PROPOSTA NÚMERO 3: Aumentar o número de Defensores Públicos com a finalidade de atender todo estado.





2) PROPOSTA NÚMERO 9: Descentralização/Regionalização do NUDEM - Núcleo de Enfrentamento à Violência contra Mulher, sobretudo nas regiões que demonstrem indicadores de risco para a vida das mulheres.

3) PROPOSTA NÚMERO 2: Ampliação/Reestabelecer o projeto Defensoria em Movimento, contemplando-se o interior, sobretudo os que não tem defensor e que seja elaborado um calendário periódico.

4) PROPOSTA NÚMERO 8: Criação de Núcleos temáticos, como Enfrentamento ao Racismo e núcleo de atendimento a população LBTGQIA+.

5) PROPOSTA NÚMERO 5: Lotar Defensores em todos os Juizados Especiais para atender a população vulnerável.

6) PROPOSTA NÚMERO 1: Criar política de cotas para o Segmento T (travestis, transgêneros e pessoas trans) nas seleções públicas e concursos públicos da Instituição.

7) PROPOSTA NÚMERO 10: Criação de GT para acompanhamento dos conflitos ambientais no Ceará.

8) PROPOSTA NÚMERO 6: Realizar concurso para colaboradores efetivos, criação do plano de cargos e carreiras e ampliar o número de pessoas para agilizar o atendimento.

9) PROPOSTA NÚMERO 4: Ampliar/aumentar o número de dias de atendimento dos Defensores nas unidades prisionais (solicitação para que os Defensores cobrem mais atendimento de saúde nas unidades).

10) PROPOSTA NÚMERO 11: Realização de cursos de Direitos Humanos e litigância estratégica para defensores, colaboradores e comunidade e realizações de campanhas temáticas de garantias de direitos, periódicas, para além das vinculadas a datas comemorativas.

11) PROPOSTA NÚMERO 13: Descentralizar a Defensoria, implementando núcleos nos bairros com menor índice de desenvolvimento humano.

12) PROPOSTA NÚMERO 7: Criar programa de capacitação para a equipe de atendimento, visando a melhor qualidade do serviço.

13) PROPOSTA NÚMERO 15: Implementar o curso de Formação para Defensores Populares.



14) PROPOSTA NÚMERO 17: Ampliação do NDHAC e direitos da criança e adolescente para Sobral e Cariri.

15) PROPOSTA NÚMERO 12: Fortalecimento e ampliação (interiorização) da Rede Acolhe.

16) PROPOSTA NÚMERO 14: Interiorizar o núcleo de execuções penais.

17) PROPOSTA NÚMERO 18: Criar mecanismo de pesquisa satisfatória de atendimento.

18) PROPOSTA NÚMERO 16: Criação e implementação de núcleos multimídia em cada sede criminal da Defensoria para comunicação dos presos com seus familiares por videoconferência, ressaltando que o atendimento presencial deverá ser priorizado.

DA REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS


A oitiva da sociedade civil, de modo direto e presencial, foi o ponto alto do ciclo orçamentário participativo de 2022. Ora, saímos da pandemia mais vulneráveis ainda e as falas engrandeceram e comprometeram a atividade defensorial, compilando as demandas trazidas pela população de cada região do Estado do Ceará, demonstrando a grave situação de violação dos direitos e inacessibilidade à justiça. A conclusão é a urgência da intervenção da Defensoria Pública do Estado.

Trazemos a seguir uma compilação das propostas apresentadas em audiências, mesmo aquelas que não demandam orçamento para sua realização.

PROPOSTAS/DEMANDAS:

- 1)** Acompanhar a questão da reintegração de posse do acampamento José Maria do Tomé;
- 2)** Ver articulação entre o Poder Público Estadual (SEMACE) e a Defensoria Pública do Estado do Ceará, sobre a questão da construção de rodovias na região de Limoeiro;
- 3)** Implantar núcleo de Defesa da Mulher na Região do Vale do Jaguaribe e Limoeiro;
- 4)** Reforçar a necessidade de implantação do GT de Conflitos Ambientais
- 5)** Realizar mutirão para retificação do registro civil de pessoas trans;



- 
- 6)** Viabilizar uma defensora pública do gênero feminino para o Núcleo de Sobral;
 - 7)** Garantir cotas para pessoas trans, negras e com deficiência;
 - 8)** Garantir a presença das Defensorias junto aos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais nos municípios do interior para educação em direitos junto às comunidades rurais;
 - 9)** Garantir atendimento prioritário para a população de rua;
 - 10)** Lotar Defensora Mulher para atendimento do NUDEM na Casa da Mulher Cearense Cariri;
 - 11)** Descentralizar a ouvidoria externa;
 - 12)** Implantar o Núcleo de Conflitos Fundiários;
 - 13)** Disponibilizar colaboradoras para atender mulheres, sobretudo nos Núcleos de enfrentamento à violência contra Mulheres;
 - 14)** Criar núcleo para atendimento de mulheres e população LGBTQIA+ em situação de prisão;
 - 15)** Articular com a gestão da SSPDS para que a Delegacia da Mulher da Casa da Mulher Cearense do Cariri funcione 24 horas;
 - 16)** Articular junto aos poderes municipais a sanção dos projetos de lei que tratam das cotas para empregabilidade da população Trans;
 - 17)** Defensor Titular no município de Várzea Alegre;
 - 18)** Defensor Titular no município de Barro;
 - 19)** Acompanhar e apoiar a luta dos trabalhadores do serviço público (INSS e Correios)
 - 20)** Ver possibilidade de articulação entre Defensoria e Poder Público Municipal para melhoria das estradas de acesso às comunidades;
 - 21)** Se fazer presente em mais localidades, distantes da sede dos municípios, para realizar atendimento;
 - 22)** Ver possibilidade de articulação entre Defensoria e Poder Público Municipal e Estadual para garantia do acesso à água;
 - 23)** Atuar nas ações que versem regularização fundiária que tenham competência estadual;

- 24)** Defensor(a) que atenda a região do Sertão de Crateús;
- 25)** Acompanhar as demandas que tratem dos Conflitos Socioambientais (mineração e recursos hídricos)
- 26)** Acompanhar as demandas dos servidores municipais (professores das redes municipais);
- 27)** Atender a comunidade pesqueira da Região na busca por direitos;
- 28)** Defensoria centrar atividades para garantir o registro civil;
- 29)** Ampliar o atendimento da Defensoria em demais bairros com baixo IDH da cidade de Fortaleza;
- 30)** Realizar atendimentos com foco a garantir o direito à saúde pública
- 31)** Instalar núcleo específico para tratar das violações sofridas por ocasião de intolerância religiosa;
- 32)** Acompanhar os requerimentos de saúde das pessoas portadoras de epilepsia;
- 33)** Garantir as expressões artísticas dos jovens nos territórios sem que estes sofram abusos das autoridades policiais;
- 34)** Instalação de um GT que trate das demandas da saúde;
- 35)** Acompanhar demandas da população em situação de rua;
- 36)** Realização de mutirão para as demandas da população do município de Caucaia, notadamente dos povos indígenas que lá residem;
- 37)** Necessidade que a Defensoria se engaje nas lutas por garantia de segurança alimentar e nutricional;
- 38)** Acompanhar a demandas com relação ao direito à educação pública, sobretudo com relação à disponibilidade de vagas;
- 39)** Fortalecer as estratégias da Defensoria para enfrentamento à violência contra as mulheres;
- 40)** Intervir para garantia da mobilidade dos jovens nos territórios (limitado pela guerra das facções).





SOBRE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As audiências contaram com participação expressiva das mulheres, o maior público-alvo no cotidiano dos atendimentos e elas se fizeram presentes em todas as audiências, qualificando o debate. Importante mencionar, também a participação dos movimentos ligados à questão da terra e dos direitos da população LBTQIA+.

Participaram etapa de audiências um total de 379 pessoas. A seguir apresentamos as prioridades colocadas em cada audiência, destacando as propostas mais votadas e aquelas que foram compiladas a partir da manifestação dos participantes.

1ª) Litoral Leste e Vale do Jaguaribe

17/março de 2022, no auditório da FAFIDAM – 74 participantes

2ª) Litoral Oeste, Sertão de Sobral, Litoral Norte e Serra da Ibiapaba

22/março, Auditório da sede da Defensoria Pública – 104 participantes

3ª) Centro Sul e Cariri

07/Abril, Auditório da URCA – 73 participantes

4ª) Sertão Central e Sertão de Canindé

20/Abril, Escola do Campo Filha da Luta – Patativa do Assaré – 40 participantes

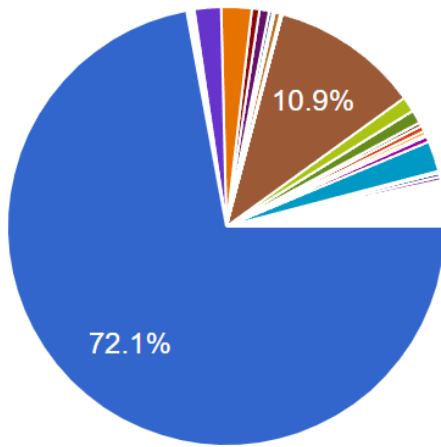
5ª) Sertão dos Inhamuns (Reunião ampliada)

12/Maio, Auditório da Cáritas Diocesana de Crateús – 40 participantes

6ª) Grande Fortaleza e Maciço de Baturité

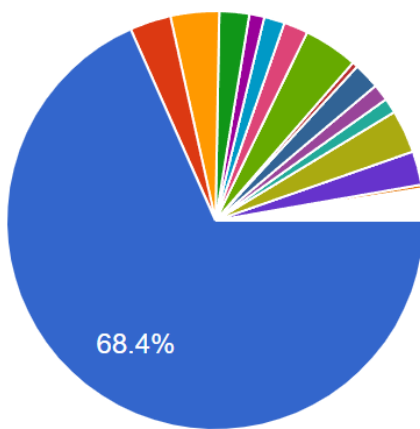
28/Maio, Teatro do Centro Cultural do Bom Jardim – 52 participantes.

QUANTO À CIDADE DE PARTICIPAÇÃO:

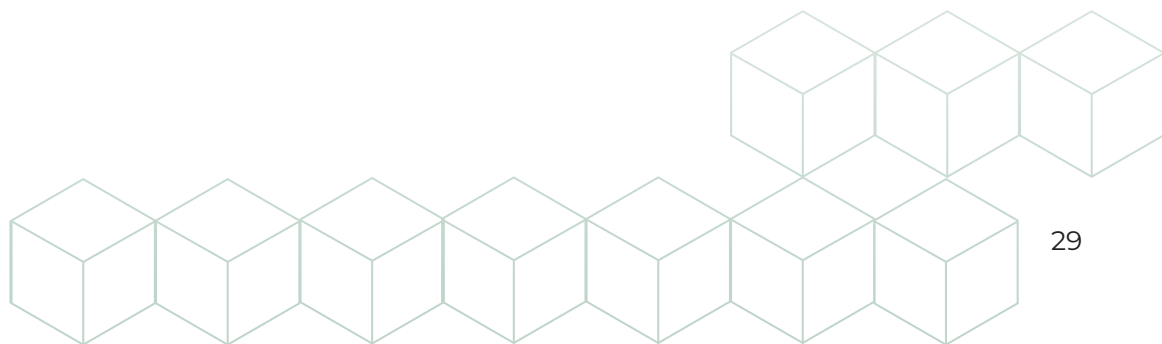


- Fortaleza
- Acaraú
- Acopiara
- Aquiraz
- Aracati
- Barbalha
- Beberibe
- Boa Viagem

QUANTO AO TEMA:

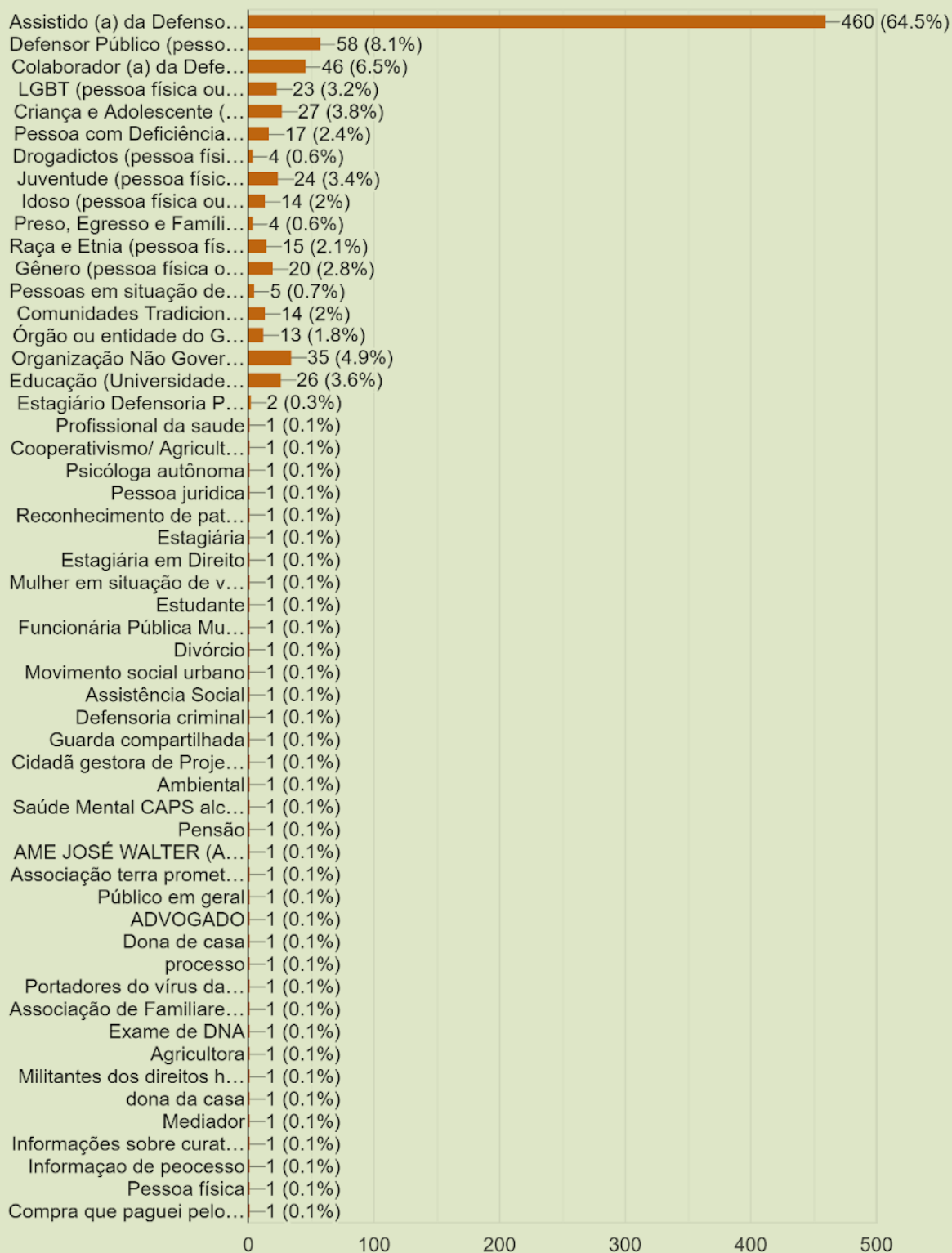


- (01) Defensoria Pública
- (02) População LGBT
- (03) Crianças e Adolescentes
- (04) Pessoas com Deficiência
- (05) Políticas sobre Drogas
- (06) Juventude
- (07) Pessoa Idosa
- (08) Sistema carcerário



1. Por favor, aponte abaixo qual o seu segmento:

713 responses



3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infra-estrutura e quadro de pessoal

3.1. Fontes

A fonte existente no orçamento de 2022 do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará é:

a) 70 – Recursos Diretamente Arrecadados: Responsável pelas despesas de custeio e alguns investimentos;

Os recursos do FAADEP são oriundos de 12% do FERMOJU e pelos 5% do EMOLUMENTOS, previstos no art. 3º, da Lei 12.642, de 4 de dezembro de 1996, e Lei 14.247, de 19 de novembro de 2008 e pela Lei nº 15.490, de 27 de dezembro de 2013, estabelece a forma de repasse de 5% (cinco por cento) do valor de emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registros, a ser recolhido pelos respectivos Delegatários dos Serviços Notariais e Registrais ao Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP.

O FERMOJU (Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará) é um órgão do Poder Judiciário criado por Lei. Suas ações são amparadas por Lei e Normas Administrativas. Através do recolhimento das taxas, o FERMOJU promove a Modernização e o Reaparelhamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, permitindo, assim, à sociedade o acesso mais justo e democrático a este Poder. (Fonte: <http://www.tjce.jus.br/fermoju/o-que-e-fermoju/> em 29/05/2017 às 10:31)

Emolumentos são taxas remuneratórias de serviços públicos, tanto notarial, quanto de registro, configurando uma obrigação pecuniária a ser paga pelo próprio requerente. (Fonte: <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/997/Emolumentos> em 29/05/2017 às 10:33)





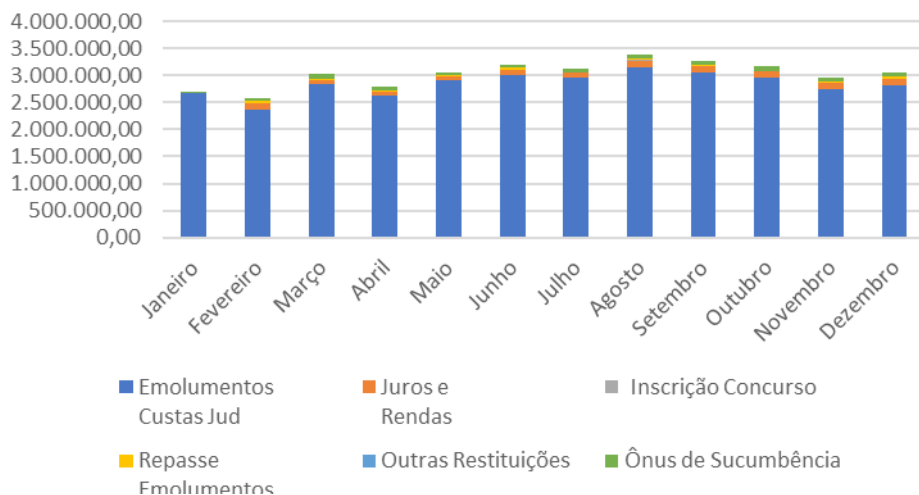
Tabela 2 - **QUADRO DE FONTES**

Cód.	Descrição	Lei	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
2.70.00	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	30.000.000,00	30.000.000,00	29.107.905,19	97,03
6.70.00	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	100,00
Total		30.000.000,00	35.000.000,00	34.107.905,19	97,45

Fonte [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230403110517\[x2eujiogfmxu4nykfepagvqn\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230403110517[x2eujiogfmxu4nykfepagvqn].PDF) em 03/04/2022 às 11:05

Os recursos orçamentários do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará – FAADEP, constarão no orçamento geral do Estado do Ceará. O Fundo contribuiu com o valor de R\$ 36.295.817,17, sendo R\$ 13.262.306,88 referentes ao FERMOJU, R\$ 20.811.727,36 referente aos EMOLUMENTOS, R\$ 806.128,18 referente aos HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, R\$ 271.462,38 referente a DÍVIDA ATIVA, R\$ 34.966,00 referente a Inscrição em Concurso e R\$ 1.109.226,37 referente a REDIMENTOS.

Arrecadação por Fonte



Fonte: Relatório de Receitas Siafe CE 2022



Tabela 3 – ARRECAÇÃO MENSAL FAADEP (FERMOJU, EMOLUMENTO, HONORÁRIOS e SUCUMBÊNCIA, OUTRAS RECEITAS E RENDIMENTOS)

Fonte por mês	Emolumentos Custas Jud	Juros e Rendas	Inscrição Concurso	Repassse Emolumentos	Outras Restituições	Ônus de Sucumbência	Total
Janeiro	2.685.205,22	0,00	0,00	0,00	0,00	13.720,84	2.698.926,06
Fevereiro	2.371.371,79	102.578,81	0,00	62.047,76	4.700,76	48.881,94	2.589.581,06
Março	2.841.450,28	75.889,12	0,00	17.920,82	143,00	94.915,47	3.030.318,69
Abril	2.638.809,36	67.627,28	0,00	15.325,37	143,00	74.547,92	2.796.452,93
Maió	2.903.848,88	91.880,74	0,00	8.324,87	150,28	49.239,53	3.053.444,30
Junho	3.005.665,52	86.229,38	0,00	61.333,24	66,02	54.090,87	3.207.385,03
Julho	2.953.254,16	96.188,92	1,00	10.725,98	66,02	62.582,12	3.122.818,20
Agosto	3.160.184,16	117.026,13	15.615,00	20.190,10	150,28	69.667,80	3.382.833,47
Setembro	3.060.406,06	115.567,96	0,00	18.697,71	150,28	79.426,32	3.274.248,33
Outubro	2.954.518,55	119.749,81	0,00	7.241,66	150,28	94.266,22	3.175.926,52
Novembro	2.745.156,60	125.573,11	0,00	10.413,31	150,28	69.640,43	2.950.933,73
Dezembro	2.810.514,15	124.656,72	0,00	39.241,56	68,00	88.597,89	3.063.078,32
Total:	34.130.384,73	1.122.967,98	15.616,00	271.462,38	5.938,20	799.577,35	36.345.946,64

Fonte: : Relatório de Receitas Siafe CE 2022



4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados

4.1. Execução dos programas de governo

Tabela 4 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Tabela 4 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
211	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	27.935.000,00	27.478.573,05	98,37
511	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	7.065.000,00	6.629.332,14	93,83
TOTAL	TOTAL	35.000.000,00	34.107.905,19	97,45

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20230403154350\[x2eujiofmxu4nykfepagvqn\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20230403154350[x2eujiofmxu4nykfepagvqn].PDF) em 03/04/2023 às 15:43

Tabela 5 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Pago (P)	% P/L
211	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	27.935.000,00	26.781.844,42	97,46
511	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	7.065.000,00	6.354.147,46	95,84
TOTAL	TOTAL	35.000.000,00	33.135.991,88	97,15

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20230403154350\[x2eujiofmxu4nykfepagvqn\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20230403154350[x2eujiofmxu4nykfepagvqn].PDF) em 03/04/2023 às 15:43

4.2. Execução dos projetos e atividades

O detalhamento da despesa em questão, em nível de elemento de despesa, projeto atividade e projeto de investimento, encontra-se nos quadros abaixo.

211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ

Tabela 8 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 211

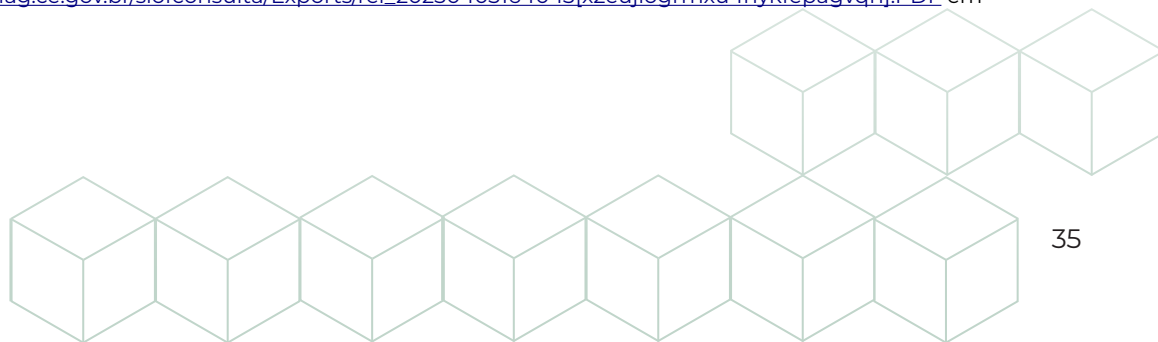
Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
211	20265	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - FAADEP.	27.305.000,00	26.889.838,25	98,48
211	20846	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FAADEP	620.000,00	588.734,80	94,96
211	21242	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - FAADEP	10.000,00	0,00	0,00
TOTAL			27.935.000,00	27.478.573,05	98,37

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230403164043\[x2eujioqfmxu4nykfpagvqn\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230403164043[x2eujioqfmxu4nykfpagvqn].PDF) em 03/04/2023 às 16:40

Tabela 9 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 211

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% P/E
211	20265	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - FAADEP.	26.889.838,25	26.231.007,62	97,55
211	20846	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FAADEP	588.734,80	550.836,80	93,56
211	21242	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - FAADEP	0,00	0,00	0,00
TOTAL			27.478.573,05	26.781.844,42	97,46

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230403164043\[x2eujioqfmxu4nykfpagvqn\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230403164043[x2eujioqfmxu4nykfpagvqn].PDF) em 03/04/2023 às 16:40



511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

Tabela 10 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 511

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
511	20101	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	6.560.000,00	6.166.843,83	94,01
511	20102	PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	505.000,00	462.488,31	91,58
TOTAL			7.065.000,0	6.629.332,14	93,83

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230403164043\[x2eujiogfmxu4nykfepagvqn\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230403164043[x2eujiogfmxu4nykfepagvqn].PDF) em 03/04/2023 às 16:40

Tabela 11 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 511

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% P/E
511	20101	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	6.166.843,83	6.160.427,10	99,90
511	20102	PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	462.488,31	193.720,36	41,89
TOTAL			6.629.332,14	6.354.147,46	95,85

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230403164043\[x2eujiogfmxu4nykfepagvqn\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20230403164043[x2eujiogfmxu4nykfepagvqn].PDF) em 03/04/2023 às 16:40

5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações

Metas Físicas e Financeiras

A aferição das metas físicas e financeiras, obedecem a verticalização dos instrumentos de planejamento, desde o objetivo estratégico, passando pela ação de governo propriamente dita, programas contemplados, e por fim, os indicadores de resultados.

Portanto, o cumprimento da meta em si, depende muitas vezes de fatores condicionantes que norteiam o sistema estadual de planejamento e nem sempre o planejamento setorial.

5.1. Indicadores de Gestão

QUANTIDADE DE DEFENSORES POR MÊS

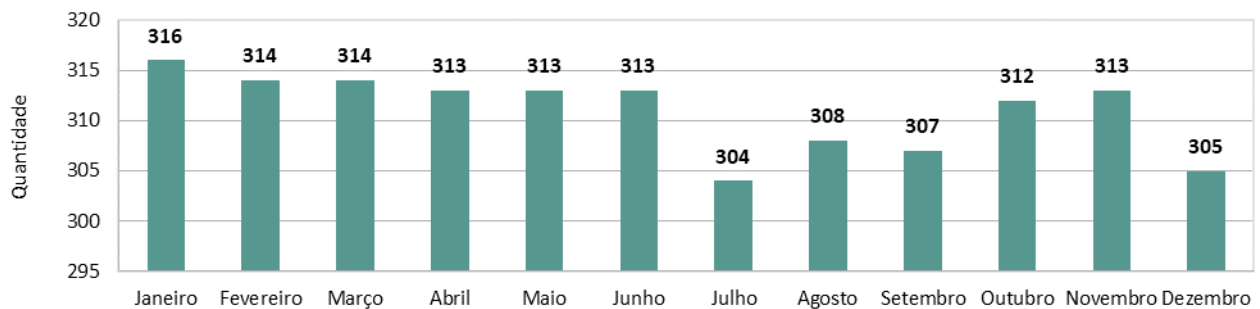


Tabela 14 – QUANTIDADE DE DEFENSORES EM ATIVIDADE-FIM

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Qtd	316	314	314	313	313	313	304	308	307	312	313	305

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (Business Intelligence) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 30/03/2023. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2022.



Tabela 15 – GESTÃO POR RESULTADOS

ATIVIDADE	NÚCLEO	FONTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PROCEDIMENTOS	CAP+INTERIOR	ND + SIC + SIRDIP + SOLAR	682.799	738.278	780.234	757.065	634.526	734.297	835.742
ACOLHIMENTOS	2 GRAU	ND	0	0	0	0	1.561	12.602	6.815
ACOLHIMENTOS	ACARAÚ	ND	0	0	0	0	242	1.195	231
ACOLHIMENTOS	ACOLHE	ND	0	0	0	96	545	66	576
ACOLHIMENTOS	ALO DEFENSORIA	ND	18.562	14.884	8.315	10.490	16.913	23.856	26.194
ACOLHIMENTOS	AMONTADA	ND	0	0	0	0	0	0	254
ACOLHIMENTOS	AQUIRAZ	ND	0	0	0	0	626	387	30
ACOLHIMENTOS	ARACATI	ND	0	1.920	0	0	1.420	8.252	4.124
ACOLHIMENTOS	BARBALHA	ND	0	0	0	0	264	107	5.741
ACOLHIMENTOS	BATURITÉ	ND	0	0	0	0	0	0	2.674
ACOLHIMENTOS	BEBERIBE	ND	0	0	0	0	53	735	311
ACOLHIMENTOS	BOA VIAGEM	ND	0	0	0	0	0	0	288
ACOLHIMENTOS	BOM JARDIM	ND	0	0	0	0	0	0	1.062
ACOLHIMENTOS	BREJO SANTO	ND	0	0	0	0	0	0	303
ACOLHIMENTOS	CAMOCIM	ND	0	0	0	0	52	26.810	1.608
ACOLHIMENTOS	CANINDÉ	ND	0	0	0	0	0	0	852
ACOLHIMENTOS	CAUCAIA	ND	15.965	19.985	19.872	15.334	7.750	16.280	21.672
ACOLHIMENTOS	CÍVEL	ND	12.781	15.345	17.926	17.324	5.506	4.514	23.732
ACOLHIMENTOS	CHAVAL	ND	0	0	0	0	0	0	616
ACOLHIMENTOS	CONSUMIDOR	ND	0	0	0	0	1.912	1.476	4.402
ACOLHIMENTOS	CRATEÚS	ND	0	0	0	6	0	8.706	64
ACOLHIMENTOS	CRATO	ND	0	0	0	0	6.025	17.258	5.294
ACOLHIMENTOS	CRIMINAL	ND	0	23	161	565	11.897	0	12.402
ACOLHIMENTOS	DEF EM MOV	OUTROS	0	0	0	1.143	0	24.563	0
ACOLHIMENTOS	DELITOS SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	ND	0	0	0	0	0	0	1.829

ACOLHIMENTOS	DONA DEDE	DONA DEDE	0	0	0	0	16.092	43.674	19.400
ACOLHIMENTOS	EXECUÇÃO FISCAL	ND	0	0	0	0	0	0	140
ACOLHIMENTOS	FAMÍLIA	ND	34.441	43.080	41.217	39.784	11.646	6.472	56.687
ACOLHIMENTOS	FAZENDA PUB	ND	0	0	0	0	2.687	104	6.183
ACOLHIMENTOS	HORIZONTE	ND	0	0	0	0	45	2.626	157
ACOLHIMENTOS	IDOSO	ND + SGA	0	0	7.388	7.770	2.148	6.994	5.275
ACOLHIMENTOS	IGUATU	ND	0	0	0	0	882	1.482	5.009
ACOLHIMENTOS	IPÚ	ND	0	0	0	0	192	10.686	0
ACOLHIMENTOS	ITAITINGA	ND	0	0	0	0	0	0	313
ACOLHIMENTOS	JOÃO XXIII	ND	0	736	6.560	6.641	7.844	20.795	14.317
ACOLHIMENTOS	JUAZEIRO DO NORTE	ND	1.729	226	0	3.562	8.932	2.316	30.850
ACOLHIMENTOS	JUIZADOS ESPECIAIS	ND	0	0	0	0	849	8.037	10.972
ACOLHIMENTOS	JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE FORTALEZA	ND	0	0	0	0	0	0	2.248
ACOLHIMENTOS	JÚRI	ND	0	0	0	0	0	0	911
ACOLHIMENTOS	MARACANAÚ	ND + SGA	0	908	7.620	10.084	2.667	1.903	10.077
ACOLHIMENTOS	MARANGUAPE	ND	0	0	0	1.443	399	301	3.875
ACOLHIMENTOS	MORADA NOVA	ND	0	0	0	0	45	3.879	0
ACOLHIMENTOS	MUCURIBE	ND	0	0	0	216	1.358	3.981	5.892
ACOLHIMENTOS	NADIJ	ND	0	776	1.459	1.559	2.613	0	3.855
ACOLHIMENTOS	NÃO INFO	-	0	0	0	0	12.715	24.641	42.001
ACOLHIMENTOS	NAPI	ND + SGA	63.658	74.595	47.834	41.621	13.540	0	32.989
ACOLHIMENTOS	NDHAC	-	0	0	0	0	1.525	3.722	0
ACOLHIMENTOS	NOVA RUSSAS	ND	0	0	0	0	0	0	115
ACOLHIMENTOS	NUAJA	ND	0	0	0	0	1.043	4.039	3.436
ACOLHIMENTOS	NUAPP	SIC	0	0	0	0	2.623	0	1.211
ACOLHIMENTOS	NUDECON	-	0	0	3.449	3.567	0	8.472	666
ACOLHIMENTOS	NUDEM	ND	0	3.983	0	0	3.005	24.061	3.744



ACOLHIMENTOS	NUDEP	SIC	0	14.476	15.625	16.619	32.189	23.542	19.156
ACOLHIMENTOS	NUDESA	ND + SGA	0	0	10.985	11.362	21.702	6.167	37.309
ACOLHIMENTOS	NUDESA-NAIS	ND	0	0	0	9.350	7.486	8	13.213
ACOLHIMENTOS	NUHAM	ND	0	0	0	0	137	5.875	280
ACOLHIMENTOS	NURDP	ND + SGA	0	0	6.086	4.502	2.406	11.812	9.506
ACOLHIMENTOS	NUSOL	ND + SGA	0	0	5.015	3.867	3.949	0	8.712
ACOLHIMENTOS	OFÍCIOS	-	0	0	0	663	0	0	0
ACOLHIMENTOS	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	ND	0	0	0	0	0	0	520
ACOLHIMENTOS	OUVIDORIA	-	0	0	0	1.946	2.831	1	0
ACOLHIMENTOS	PACAJUS	ND	2.428	1.968	2.460	2.420	0	684	20
ACOLHIMENTOS	PACATUBA	ND	0	0	0	0	53	0	444
ACOLHIMENTOS	PSICOSSOCIAL	-	0	0	0	2.002	27.206	5.250	2.370
ACOLHIMENTOS	QUIXADÁ	ND	0	0	0	0	891	353	1.923
ACOLHIMENTOS	QUIXERAMOBIM	ND	0	0	0	0	194	1.975	0
ACOLHIMENTOS	RUSSAS	ND	0	0	0	0	326	26.225	772
ACOLHIMENTOS	SANTA QUITÉRIA	ND	0	0	0	0	0	0	13
ACOLHIMENTOS	SOBRAL	ND	0	3	0	16.226	7.844	1.548	30.233
ACOLHIMENTOS	SOBRAL-LAÇOS DE FAM	ND	0	0	0	0	1.528	5.429	3.995
ACOLHIMENTOS	SOBRAL-NUSOL	ND	0	0	0	0	432	0	6.107
ACOLHIMENTOS	SUCESSÕES	ND	0	0	0	0	2.148	0	4.740
ACOLHIMENTOS	TAUÁ	ND	0	0	0	0	0	0	13
ACOLHIMENTOS	TRAIRI	ND	0	0	0	0	0	0	488
ACOLHIMENTOS	VÁRZEA ALEGRE	ND	0	0	0	0	0	0	109
ACOLHIMENTOS	VIÇOSA DO CEARÁ	ND	0	0	0	0	0	0	653
NPBD – Estimativa do número de pessoas beneficiadas diretamente			832.363	931.183	982.206	971.001	880.101	1.112.628	1.357.715
NPBI – Estimativa do número de pessoas beneficiadas indiretamente (NPBD * 3,6)			2.996.507	3.352.259	3.535.942	3.495.604	3.168.364	4.005.461	4.887.774

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (Business Intelligence) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 11/05/2022. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2021.

Fontes:

(1) METABASE (Business Intelligence) calculado pelo sistema Nossa Defensoria;2) Calculado por meio da divisão do Orçamento Total da Fonte Recursos Ordinários pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;

(3) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) pela quantidade de defensores, e este resultado dividido por 12 meses (Cálculo: $(NPBD/Quant\ Defensores)/12$);

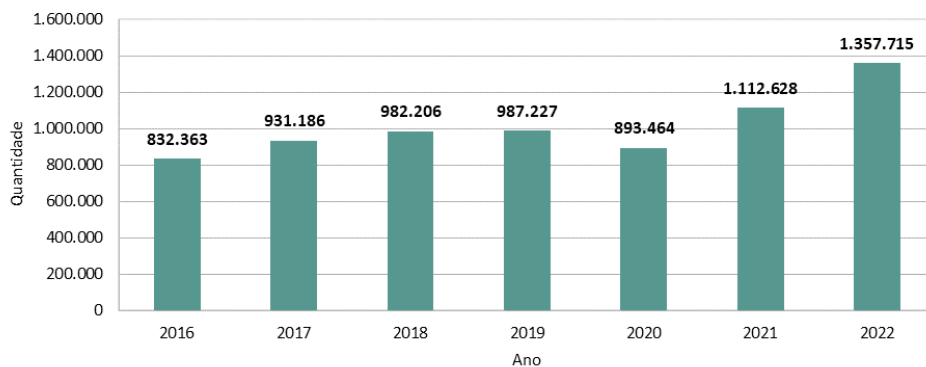
(4) População estimada do estado do Ceará calculada por meio de regressão linear com base nos dados do IBGE de 2010 (8.452.381) e 2015 (8.904.459) obtidas no endereço: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ce> em 04/05/2016 às 17:06);

(5) Habitantes por Defensor público calculado pela divisão da População Estimada pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;

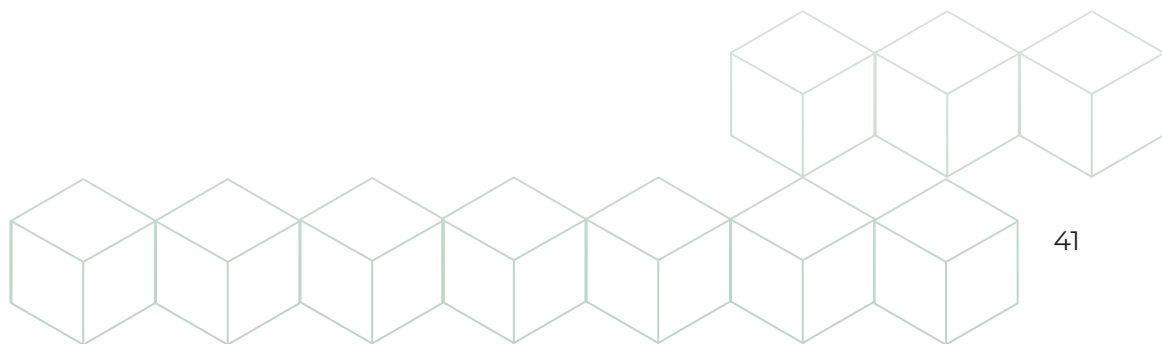
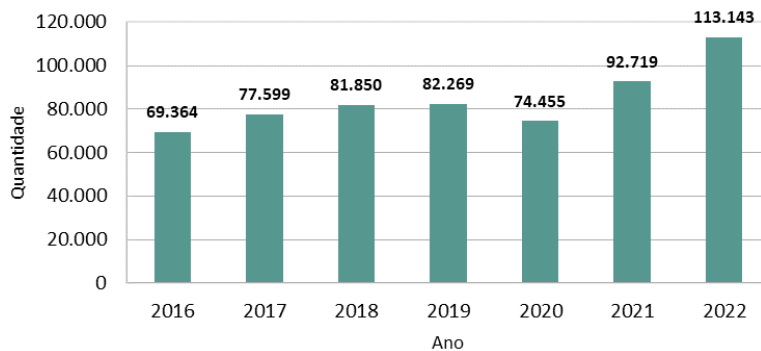
(6) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) dividido por 12 meses (Cálculo: $(NPBD/12)$);

(7) Dados obtidos por meio do sistema SIOF/SEPLAG (Valor empenhado);

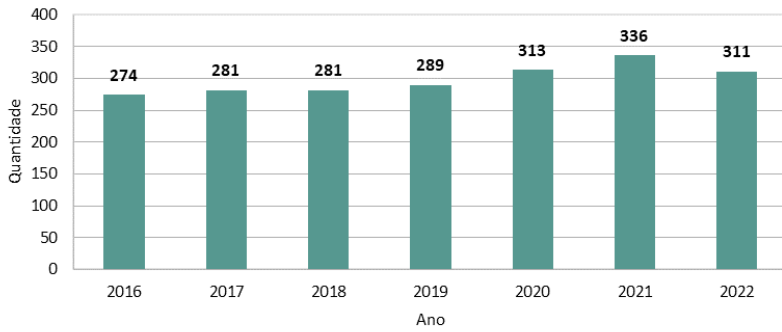
PROCEDIMENTOS POR ANO



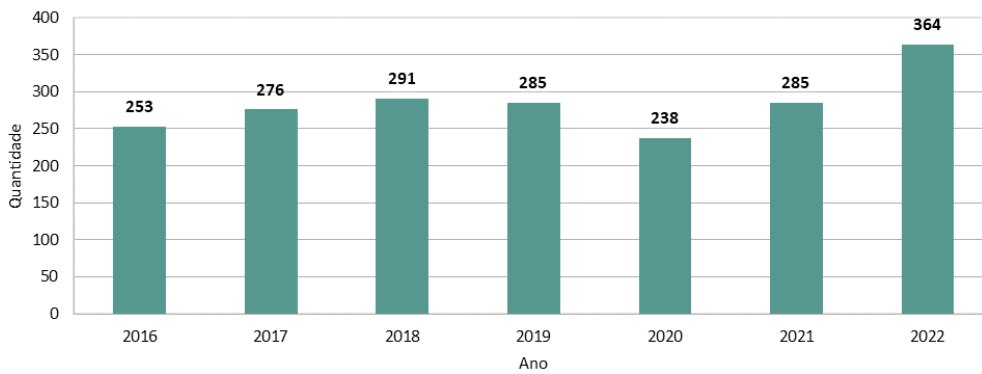
MÉDIA MENSAL DE PROCEDIMENTOS POR ANO



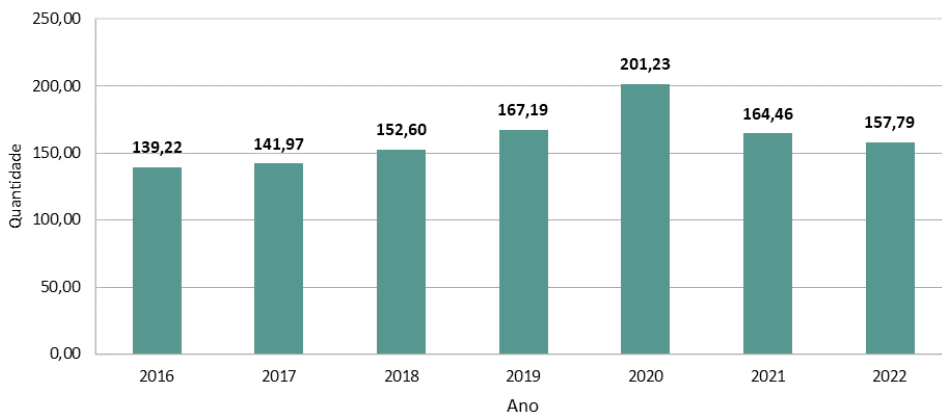
MÉDIA MENSAL DE DEFENSORES NA ÁREA FIM

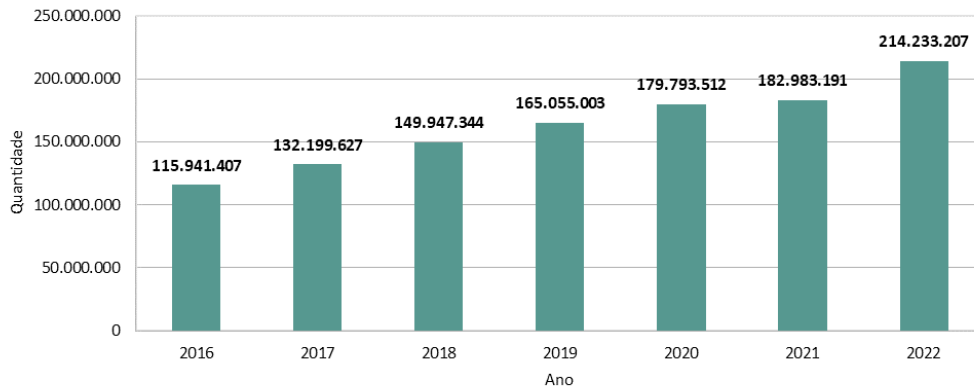


PROCEDIMENTOS POR DEFENSOR PÚBLICO



CUSTO MÉDIO DO PROCEDIMENTO POR ANO



VALOR EMPENHADO**5.2. Indicadores de Desempenho****Indicadores de Eficiência**

Nossos Indicadores de Eficiência foram construídos como as iniciativas prioritárias constantes no PPA 2020-2023, são elas: **511.1.03 – Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita**

Produto: Profissional Capacitado

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
2	1	2	3

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20102 - Promoção da Melhoria Contínua na Prestação dos Serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita.	405.000,00	505.000,00	462.488,31	193.720,36	91,58	38,36
Total:	405.000,00	505.000,00	462.488,31	193.720,36	91,58	

Essa medida possui estreita relação com produtividade, ou seja, o quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados. Assim, a partir de um padrão ou referencial, a eficiência de um processo será tanto maior quanto mais produtos forem entregues com a mesma quantidade de



insumos, ou os mesmos produtos e/ou serviços sejam obtidos com menor quantidade de recursos (MPOG, 2010).

O Indicador de Eficiência mede relações entre quantidade de produto e custo dos insumos ou características do processo, como o tempo de produção (TCU, 2011).

Tabela 18 – INDICADOR DE EFICIÊNCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	Realizado 2022 (A)	Investimento 2022 (B)	I (R\$/Unid) (B/A)
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Profissional Capacitado	3	193.720,36	64.573,45

Indicadores de Eficácia

O indicador de eficácia aponta o grau com que um Programa atinge as metas e objetivos planejados, ou seja, uma vez estabelecido o referencial (linha de base) e as metas a serem alcançadas, utiliza-se indicadores de resultado para avaliar se estas foram atingidas ou superadas (MPOG, 2010).

O indicador de Eficácia mede quantidade de produto, alcance metas de entrega de bens e serviços (TCU, 2011).

Tabela 19 – INDICADOR DE EFICÁCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	Programado 2022(A)	Realizado 2022 (B)	I (B/A)
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Profissional Capacitado	2	3	1,50

Indicadores de Economicidade

Os indicadores de economicidade medem os gastos envolvidos na obtenção dos insumos (materiais, humanos, financeiros etc.) necessários às ações que produzirão os resultados planejados. Visa a minimizar custos sem comprometer os padrões de qualidade estabelecidos e requer um sistema que estabeleça referenciais de comparação e negociação (MPOG, 2010).

O indicador de economicidade mede o custo dos insumos e os recursos alocados para a atividade (TCU, 2011).

Tabela 20 – INDICADOR DE ECONOMICIDADE COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA


Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	R\$ / Unid. Entregues 2021 (Ia)	R\$ / Unid. Entregues 2022 (I)	% Indic. (I/Ia)
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Profissional Capacitado	8.378,40	64.573,45	7,71

6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso.

No exercício de 2022 o FAADEP não possuiu projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados.

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 13/04/2023





7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres;

Para o exercício de 2022 a Defensoria Pública do Estado do Ceará não possui transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres.

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 13/04/2023.

8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades;

A Defensoria Pública do Estado do Ceará não possuiu, no exercício de 2021, Contratos de Gestão com Organizações Sociais na forma da Lei 12.781/97.

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 13/04/2022.

9. Conclusão

Uma Instituição que pensa e planeja suas ações proporciona à sociedade, membros, servidores e colaboradores uma plena visibilidade de sua atuação, com descrições claras de seus propósitos a atingir e um referencial para a avaliação dos resultados obtidos.

A busca da eficiência e da eficácia no atendimento de sua missão constitucional tem exigido da Defensoria Pública do Estado do Ceará a capacidade de pôr em prática mudanças contínuas e um planejamento de ações que levem a melhor qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão hipossuficiente.

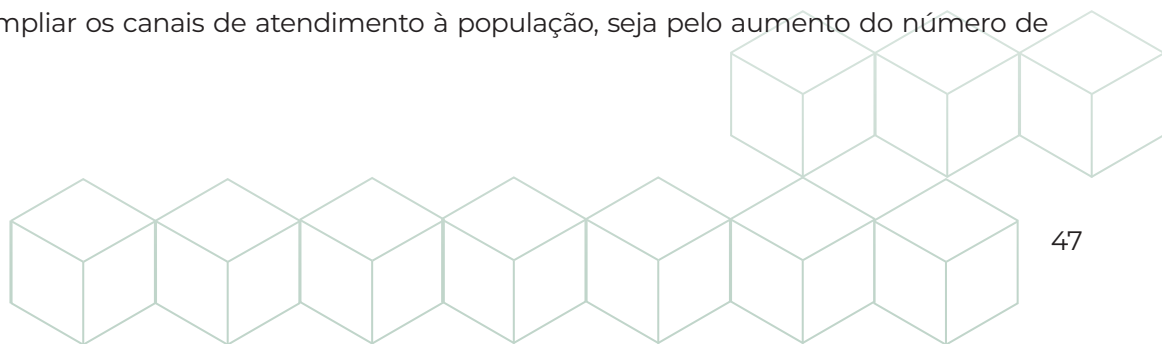
Em 2022, com o fim da conjuntura pandêmica surgiram novos desafios. A importância do retorno ao trabalho presencial se mostrou fundamental. A Defensoria Pública procurou trabalhar seu planejamento institucional de forma participativa entre seus membros e a sociedade civil (com a realização do VII Orçamento Participativo) o que lhe propiciou plena visibilidade e uma responsabilização efetivamente democrática de sua atual gestão.

Definir suas diretrizes, objetivos e metas para atender as demandas da Instituição, mais do que nunca, mostra-se importante o envolvimento participativo de todos nas decisões, execuções e acompanhamento das ações a serem empreendidas, a fim de se evitar que o planejamento seja encarado apenas como cumprimento de uma mera formalidade administrativa.

Conforme podemos observar na Tabela 1 - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2022-2023, a Defensoria conseguiu atingir uma média de execução de 63,5% dos projetos planejados no Planejamento Estratégico 2022-2023.

A Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE) conquistou o Selo Prata no Programa Nacional de Transparência Pública, liderado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O levantamento apontou que o índice de transparência pública da instituição é de 79,11%.

Em 2022, cerca de mais de 1.357.715 pessoas foram beneficiadas, conforme Tabela 15 –GESTÃO POR RESULTADOS. Esse número foi fruto de um contínuo esforço da administração da defensoria em estruturar e ampliar os canais de atendimento à população, seja pelo aumento do número de





linhas telefônicas, aperfeiçoamento dos sistemas virtuais de atendimento, melhoria da estrutura de TI, implementação da atividade cumulativa, contratação de estagiários de pós-graduação e estruturação de novos núcleos.

A sociedade continuamente passa a exigir mais e melhores serviços, respeito à cidadania, transparência, moralidade e efetividade no uso dos recursos públicos e a Defensoria Pública tem buscado ser ágil na resposta aos anseios da população carente do nosso Estado e no cumprimento de sua importante missão institucional. Planejando a ampliação dos serviços da Defensoria Pública, foi lançado edital de concurso público em 2022 prevendo a contratação de 60 novos Defensores Públicos.

Integração com a sociedade, buscando desenvolver ações conjuntas com os diversos segmentos da comunidade, objetivando garantir, defender e ficar alerta quanto aos direitos de cidadania e dignidade do ser humano, tem sido uma das principais metas da DPGE, nos últimos anos. Sem descuidar, é claro, da adoção de uma postura receptiva e participativa entre membros da Defensoria Pública e segmentos da sociedade, visando o fortalecimento de sua imagem institucional.

Cumprir com celeridade, transparência e eficácia as atribuições que lhe são conferidas por lei, buscando a consolidação da cidadania e defesa do interesse dos mais necessitados, tem sido incessantemente buscado pela atual administração da Defensoria.

Com respaldo nos atuais investimentos busca-se atuar, com efetiva prioridade, nas áreas que representam demandas advindas de nossa realidade local, tais como: a proteção aos direitos do consumidor, a saúde, a educação, a infância e juventude, idoso, mulher em situação de violência, às pessoas recolhidas ao cárcere, bem como desenvolver ações nas áreas criminal, cível e de família.

A partir da adoção de diretrizes estratégicas, desdobradas em objetivos, a Defensoria Pública Geral do Estado tem buscado de forma efetiva o cumprimento de sua missão constitucional, sendo certo que a consecução de tais fins já se fazem sentir nas estatísticas decorrentes do trabalho por esta desenvolvido em prol da população mais carente do Ceará.

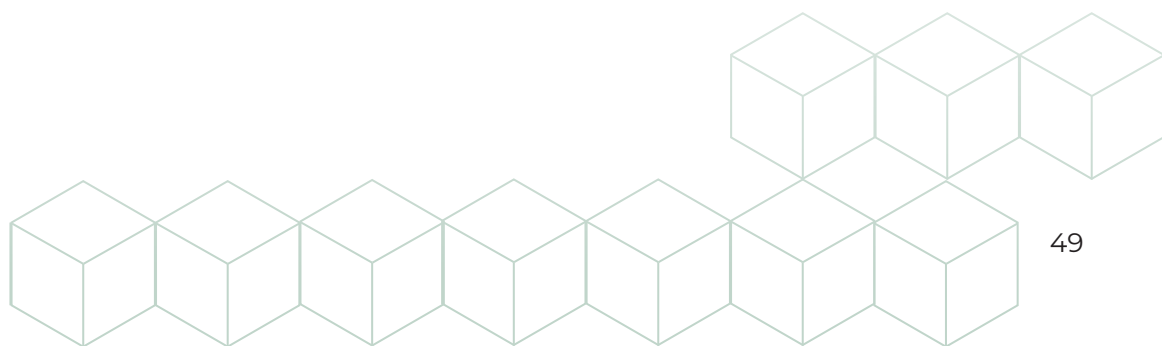


10. Bibliografia

DPGE – Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2022-2023. Fortaleza. 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2022/08/PLANO-GERAL-DE-ATUACAO-2022-2023.pdf>

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). INDICADORES DE PROGRAMAS - Guia Metodológico. Brasília, Março/2010. Download em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf no dia 02/05/2016 às 10:13;

TCU - Tribunal de Contas da União. TÉCNICA DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA AUDITORIAS, Brasília, 11/01/2011 - ano XLIV – N°3, disponível em <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D78C1F1014D7957D0D84565> em 03/05/2016 às 09:42.





DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ